



E o Dr., o que acha?

Já todos ouvimos isto, demasiadas vezes!

A recente (e actual) pandemia de gripe H1N1 só veio mais uma vez repetir a pergunta que os pais das crianças tantas vezes nos fazem, cada vez que uma nova vacina é introduzida no mercado, especialmente quando acompanhada de “oportunistas” notícias ou de tragédias convenientemente veiculadas pela imprensa. A meningite, a varicela, o cancro do colo do útero e, mais recentemente, a gripe H1N1 vieram colocar aos Médicos, especialmente aos Pediatras, a necessidade de emitir opinião individual sobre as recomendações dos organismos oficiais. Sabemos do carácter geralmente “opinativo” dos Portugueses, que desconfiam de tudo o que são recomendações oficiais e querem saber “a verdade” da boca das pessoas em quem confiam.

Uma parte dessa desconfiança decorre do facto de as anunciadas epidemias não atingirem a dimensão trágica que tinha sido anunciada. Mas tendemos a esquecer dois aspectos importantes: os modelos teóricos e matemáticos são meras previsões baseadas em elementos com componentes variáveis que podem, ou não, confirmar-se; e o resultado final dos eventos é não só a consequência da evolução da doença mas também das medidas de contenção e prevenção que foram tomadas. É pois difícil saber o que teria exactamente acontecido se deixássemos a situação evoluir sem tentar interferir no seu curso. Sabemos que a Medicina não é uma ciência exacta e que são poucos os assuntos em que há verdades “universais”. E tudo se torna ainda mais complexo quando há que adoptar medidas de prevenção, sobretudo se elas implicam novas vacinas com algum grau de incerteza (eficácia/riscos/benefícios) e informação científica limitada, que não permite formular um juízo completamente fundamentado.

No recente episódio da gripe H1N1 dispúnhamos da orientação do Ministério da Saúde e da OMS. Seria, pois, obrigação de todos os médicos veicular essa orientação, não neces-

sariamente como uma convicção pessoal mas como forma de respeitar orientações técnicas de corpos técnicos responsáveis e sérios. Esta posição não deve inibir ninguém de questionar os corpos técnicos ou apresentar dúvidas, sempre que deseje fazê-lo, mas entre profissionais e não na comunicação social. Alguns Colegas adoptaram uma postura aparentemente enigmática, do tipo “deixo ao seu critério”... Esta é a atitude mais absurda, por duas razões: primeiro, porque a decisão última de aceitar um tratamento ou acto diagnóstico é sempre dos pais (excepto nos casos com intervenção judicial); segundo, porque não é justo deixar uma decisão difícil para quem tem bem menos informação científica e está muito mais à mercê dos grupos de pressão da comunicação social. Nesta resposta está implícito que serão os jornalistas a determinar o sentido da decisão da maioria dos pais!

Os comentários públicos sem fundamentação científica só contribuem para aumentar a confusão e desconfiança nas instituições que temos obrigação de ajudar a respeitar. Essas afirmações adquirem ainda maior gravidade quando são feitas em nome de corpos médicos com particular responsabilidade pública.

Felizmente, a “primeira vaga” desta epidemia parece ultrapassada sem demasiadas baixas. Deveríamos aproveitar a actual pausa (antes da próxima ameaça que virá, inevitavelmente) tanto para definir padrões de comportamento perante a opinião pública como para abrir canais internos e profissionais de debate para a clarificação possível das dúvidas que surgirem. Como Médicos, somos responsáveis por veicular informações e conselhos que possamos defender perante as consequências que vierem a verificar-se...

Jorge Amil Dias

Correspondência:

Jorge Amil Dias
Serviço de Pediatria
Unidade Autónoma de Gestão da Mulher e da Criança
Hospital de São João
Alameda Prof. Hernâni Monteiro, 4200-319 Porto
jamildias@netcabo.pt